

ESTADO E CULTURA

(Notas para uma política cultural)

Oswaldo Ferreira de Melo

Professor do CPGD-UFSC

1. INTRODUÇÃO

As teorias sobre o processo de desenvolvimento, arquitetadas após a II Grande Guerra, ensejaram, com o passar dos anos, algumas perplexidades.

A princípio, o esforço teórico se desenvolveu quase exclusivamente no campo econômico. Pelo menos o discurso do economista foi o primeiro a ser montado e se apresentou à compreensão dos iniciados com uma fórmula no mínimo pretensiosa: desenvolvimento seria igual a crescimento econômico.

Em que pese a aparente simplicidade da formulação, o modelo desenvolvimentista, depende do crescimento da economia, se tornou meta suprema, especialmente no 3º. Mundo, ávido de alcançar lugar de evidência no concerto universal das Nações.

A própria educação passou a ser tratada econometricamente, sobretudo como pré investimento, num sistema que considerava o homem como insumo alimentador de um processo de produção.

Na década de 60, investigadores de outras áreas das Ciên-

cias Humanas acresceram a essa visão unilateral um adendo: o desenvolvimento não seria apenas aumento na produção de riquezas; seria também isso mais as mudanças estruturais que incluiriam novos hábitos, costumes e ideologias com vistas à modernização social e tecnológica.

Assim, a formulação do desenvolvimento, como processo sócio-econômico, se apresentava menos simples. Corresponderia a “crescimento mais mudança” como anunciava, entre nós, a doutrina da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina – CEPAL. Já uma farta literatura às universidades latino-americanas, acenando com um dos mitos do século: o de que a sociedade seria feliz, mais rica, menos sujeita a conflitos e tensões se se mudassem rapidamente as estruturas sociais, se se modernizassem as cidades e os meios de produção. Era preciso mudar. Para onde e para não se sabia claramente. O importante era romper com as estruturas e valores vigentes, considerados aprioristicamente obsoletos e inadequados.

Em alguns setores as mudanças foram provocadoras de situações favoráveis. As cidades realmente ganharam novos e sofisticados equipamentos, a tecnologia moderna esteve ao alcance de mais pessoas. Mas os modelos montados desconheciam a necessidade de preservar raízes culturais e, mesmo, as situações vivências do homem. As cidades incharam e ganharam populações marginais em suas periferias. Desequilíbrio-se a economia campesina. Eram dilacerados traços e o homem foi até perdendo a memória das fontes do curso de sua vida espiritual.

Na década de 70, o peso dessas disfunções foi severamente sentido. As perplexidades ocorridas nas ciências humanas revelavam o grau de preocupação dos pensadores mais atentos, impotentes perante insólitos desafios.

A necessidade de conduzir, induzir e controlar o desenvolvimento deu ao estado um grau intolerável de intervencionismo que se manifestava amplamente em áreas até então a ele imunes.

A crise do Direito, da Ciência Política e da Economia, como sistemas teóricos, foi evidente. Os fatos novos exigiam posturas inovadas. Descobriu-se que o próprio processo desenvolvimentista, ao resolver algumas questões essenciais, gerava novos conflitos.

tos, tensões e angústias. As predições montadas sobre as perspectivas da humanidade exigiam a correção de tendências demonstradas indesejáveis e perigosas. Urgia a montagem de modelos mais adequados às aspirações do homem não só como ser econômico e como participe de arranjos sociais, mas como pessoa, como ser individualizado e capaz de cometimentos no campo das abstrações, das descobertas e dos sentimentos. Mais que isso, com direito à satisfação de seus apetites culturais.

Alguns filósofos crêem que houve, nas últimas décadas, uma perda de substância no valor da personalidade. Seríamos assim angustiados porque estaríamos perdendo o sentido de unidade na compreensão do mundo e do próprio homem, ou seja, estaríamos sendo reificados pelos modelos de desenvolvimento em vez de libertados por eles.

Dentro desse quadro, cabe, então uma hipótese para reflexão: no interior do sistema do desenvolvimento, uma variável que poderia favorecer o necessário sinergismo seria a consciência da cultura, ou seja, do elemento supra estrutural constante de valores, de aspirações idéias e criações que, em conjunto, possam expressar impulsos e necessidades superiores. Isso porque, como diria Fernando de Azevedo ⁽¹⁾ “a cultura, nesse sentido estrito, e em todas as suas manifestações filosóficas e científicas, artísticas e literárias, sendo um esforço de criação, de crítica e de aperfeiçoamento, como de difusão e de realização de ideais e valores espirituais, constitui a função mais nobre e mais fecunda da sociedade, como a expressão mais alta e mais pura da civilização”.

Assim, a cultura, como substrato de um conjunto de valores que vão impregnar de inteligência e de beleza as criações do ser humano, formando as “realidades espirituais” de que falava Durk heim, ou a “base inconsciente de tudo que planejamos” segundo Eloit, talvez possa moldurar o desejado desenvolvimento integral que se constitui na aspiração suprema de uma ação política bem intencionada, realmente dirigida a favor do homem.

1. AZEVEDO, Fernando de. A cultura Brasileira. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 4ª edição, 1963, p. 38.

Sabe-se que o desenvolvimento integral de uma sociedade, além de exigir o incremento da sua economia e um processo de modernização global, reclama o aumento crescente da produção e consumo de bens culturais (cultura espiritual). Não fora assim e teríamos um desenvolvimento desequilibrado, materialista e incapaz de valorizar a pessoa humana. A cultura é mais que conhecimentos e técnicas, mais que padrões de comportamento e atitudes que possam caracterizar formalmente uma sociedade. Ela é um impulso espiritual com o qual o homem acrescenta algo à natureza, escreve sua história, cria espaços para o belo e adentra o futuro como ser consciente de participar de uma civilização.

É difícil, portanto, ao poder público, planejar, orientar e coordenar manifestações culturais. Se não houver cuidado e bom senso ocorrerá o perigo de intervenção na criação cultural, passando o Estado a ser agente ou produtor da cultura em vez de protetor e estimulador. Mas queremos enfatizar que o Estado, embora não deva dirigir ou controlar a cultura, também não lhe pode ser indiferente às necessidades sociais no setor. Ações de planejamento, orientação, coordenação e estimulação podem e devem ser executadas. É uma questão de buscar as estratégias adequadas que, segundo entendemos, podem ser encontradas.

Este trabalho surgiu em decorrência das reflexões que, a esse respeito, tem feito o Autor, na sua participação não só em órgãos destinados à produção e difusão de bens culturais como também na estrutura diretiva do planejamento nas três esferas de governo. Principalmente estão aqui reflexões desenvolvidas na atividade de magistério superior ou seja na discussão dessa temática com colegas e alunos. É preciso um esforço dos intelectuais para que se ajude o governo a montar sua política da cultura, bem como se colabore com as pessoas talentosas que se iniciam no campo da produção de bens culturais, a encontrarem condições favoráveis de trabalhos e aperfeiçoamento. É necessário que se favoreça o povo a galgar novas etapas que lhe dêem maior satisfação intelectual e meios adequados para resistir às diversas formas de dominação cultural. É preciso, enfim, ajudar o nosso País a se apresentar, no concerto internacional, não só como uma potência econômica emergente, mas também como uma sociedade preocupada com seus valores espirituais.

2. PROPOSTA DE UMA ESTRATÉGIA

Embora toda a realidade social, recomende a abstenção do Estado no que concerne à produção de bens culturais, existem expectativas no estrato político da sociedade sobre o que possa o Estado fazer para promover o desenvolvimento cultural.

Como obter esse desenvolvimento sem criar constrangimentos ou mesmo antagonismos e sem frustrar expectativas, eis o desafio à eficácia de uma política cultural.

Sabemos que o Estado age politicamente através de estratégias que utilizam maiores ou menores níveis de controle conforme seja o grau de consenso social, ou seja, a falta de consenso aos objetivos e metas governamentais provoca o desenho de estratégias de equilíbrio. Na área cultural esse fenômeno é evidente. De um lado, teme-se a intervenção do estado na vida intelectual; de outro lado espera-se do Estado amparo e estímulo à produção e circulação de bens culturais. Por sua vez, os interesses de grupos são incoincidentes e às vezes até conflitantes. Os objetivos e necessidades da indústria cultural, por exemplo, não têm a menor afinidade com os da classe formada pelos intelectuais, conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com ideais de natureza humanista.

Assim sendo, não é possível traçar metas gerais (esse um dos erros básicos e habituais dos planos de cultura) que possam servir a todos os interesses.

A política do governo, no setor, segundo entendemos, há que obedecer a três grandes linhas de ação: haveria um estratégia fundamentada a partir de uma realidade intelectual que consideraria graus de aspiração e aspectos qualitativos das necessidades ou apetites intelectuais; uma outra que levaria em conta a realidade geopolítica (ocorrência espacial dos fatos culturais e jurisdição dos planos). Finalmente uma terceira, de natureza política, visando à democratização da cultura.

2. a. Estratégia a partir de um enfoque intelectualista.

Imagina-se que para cada uma das camadas do sistema cultural devem haver preocupações, mensagens e metas próprias.

No caso da cultura dos estratos médios e superior o que mais se deseja do Estado é que seja assegurado um clima de liberdade total de expressão. As frustrações, tensões e conflitos, nessa área da vida intelectual, são os procedimentos que coerção, de censura, e de aliciamento. Por terem uma visão crítica das coisas e uma compreensão da síntese da vida política e social, os intelectuais reagem qualquer tentativa de tutela ou de coerção na sua criação cultural. Por outro lado embora o exercício da crítica e da reflexão dialética nem sempre seja agradável aos governantes, e mesmo nem sempre seja realizado com justiça, deve-se entender que uma Nação faz sua história através de seus recursos estratégicos ou seja de seu pensamento e seus pesquisadores. Estes formam a maior riqueza de uma Nação, maior que todos os recursos naturais, e financeiros reunidos.

O Estado deveria, então fazer investimentos maciços na preservação e produtividade de seus recursos estratégicos. A partir desse enfoque espera-se que o Estado selecione rigorosamente os professores universitários, mas estes depois de admitidos em função do saber, deverão ser bem remunerados para que se dediquem ao ensino e à pesquisa. Favoreça-se o intercâmbio cultural. O intelectual precisa viajar, permutar idéias, testar hipóteses, expor-se à crítica, exercitar a sua visão reflexiva. Eliminem-se os obstáculos à produção superior da cultura. É preciso privilegiar a formação de recursos humanos, através de cursos financiados pelo Estado para a formação de maestros, arranjadores, diretores de teatros, etc. Os instrumentos musicais, as partituras, as tintas e todo o material de pintura, os textos para teatros, os livros, tudo isso deve Ter sua importação facilitada e considerada área imprópria para as sobretaxações de produtos supérfluos. Supérflua deverá ser considerada a excessiva burocracia fazendária que tantos entraves têm criado à vida intelectual no País.

Quanto à área da cultura de massa, a estratégia é bem mais difícil. A sociedade de massa é sociedade mecânica da qual se espera conformismo e para a qual certos governos oferecem o circo quando não podem oferecer o pão. Sobre ela atuam livremente os meios de comunicação de massa, orientando o consumo de bens produzidos pela indústria cultural.

Bem intencionados, muitos governantes desejam atender às aparentes necessidades culturais das massas, segundo são elas detectadas nos relatórios apresentados pelos burocratas. Os meios de comunicação de massa são por isso muito bem vistos por essas autoridades pois resolveriam eles um grande problema: produzir e entregar bens culturais compatíveis com a imaginada expectativa popular.

De sua parte, por exemplo, o governo quando constrói teatros, casas de espetáculos, pode imaginar Ter salvo a cultura do povo. Na verdade, se não cuidar do que seja levado nos palcos, se os equipamentos culturais forem entregues preferencialmente à indústria (e ao comércio) cultural teremos esses locais transformados em templos sagrados de uma anti-cultura alienante, impeditiva da libertação e elevação das massas.

O gosto pode ser educado, potencialidades ser desenvolvidas e para isso uma ação educativa deve ser planejada e executada. Temos que libertar as massas da apatia intelectual a que se estão conformando e mobilizá-las para uma vida cultural mais digna, através da participação ativa em grupos de teatros, corais, orquestras, exposições ou artes plásticas, artesanato, etc. A atitude passiva do cidadão comum, frente ao aparelho de televisão-sacerdote, feiticeiro e conselheiro de seu pequeno mundo cultural pode e deve ser substituída por outra de criação e participação, como ser consciente do mundo que o cerca e com a dignidade que traz, a cada criatura, a descoberta de que também ela pode acrescer algo à natureza.

A estratégia na área da cultura popular, deve ser dirigida, preferencialmente, ao estímulo à pesquisa e à documentação. Folclore é assunto para especialistas, ou seja, cientistas sociais por um lado (antropólogos,, etnólogos, sociólogos e lingüistas, principalmente) e artistas por outro, (pesquisa de temas para serem trabalhados na música erudita, na literatura, no teatro, por exemplo).

É preciso que as agências governamentais especializadas desistam de querer ensinar folclore ao povo, forçando comportamentos artísticos e de técnicas de trabalho que nada têm a ver com o quadro sócio-econômico da comunidade. Folclore é fenômeno vivo, que se renova, que se transfigura, como ocorre com toda a

tenomenologia sócio-cultural. A pesquisa, no setor, deve, portanto, ser sistemática, séria. O melhor que o Estado pode fazer é deixar a organismos universitários ou outros assemelhados a incumbência de cuidar desses assuntos com a necessária profundidade e constância.

Não se desconhece que cabe ainda a entidades estatais a necessária vigilância no sentido de que seja evitada a apropriação comercial do patrimônio popular, e que é dever do Estado incentivar a produção artesanal, manifestação folclórica que além das vantagens culturais pode trazer imediatos benefícios econômicos na vida comunitária.

2.b. Estratégia de descentralização

Quando tratamos do planejamento da cultura, devemos insistir em alguns pontos: a ação política do Estado deve ser descentralizada tanto quanto possível, para obtenção de maior legitimidade e eficácia; antes de buscar metas nacionais, há que obter melhor conhecimento das culturas regionais e locais; deve-se assegurar condições financeiras aos municípios para arquitetarem e executarem projetos importantes de animação cultural.

Outrossim, vale considerar que, do ponto de vista de uma política cultural para uma sociedade democrática não nos parece sensato venha o Estado tentar dirigir a cultura (os bens culturais) da sociedade. Isso seria mais grave que as tendências do socialismo radical em dirigir a economia e intervir bens materiais dos cidadãos.

Uma tentativa de dirigismo cultural, embora se adapte aos esquemas de um governo autoritário, se frustrará inexoravelmente. Por um lado, os participantes dos estratos superiores (sob o ponto de vista do exercício da cultura) negarão apoio às medidas autoritárias, eis que humanismo (fruto ético do domínio desses padrões superiores) e autoritarismo se repetem naturalmente. Por outro lado, o dirigismo cultural implica no cerceamento da criatividade. Há tristes e fartos exemplos de programas nesse sentido partindo de regimes fortes de direita e de esquerda. Todos sabem o saldo: queda da criação e do consumo cultural, eis que para criar ou para

consumir bens materiais deve haver um ambiente que favoreça a liberdade de produção e de escolha.

Isso – repetimos – não nos deve levar ao erro de considerar que a cultura deve estar ausente das preocupações globais por parte do Estado. Não é isso que queremos dizer, pois que também pode e deve haver metas culturais num Estado democrático, onde evidentemente se procurará criar condições favoráveis para o desenvolvimento extra-material da sociedade e dos indivíduos em particular.

A política da cultura em uma sociedade pluralista será orientada no sentido de incrementar as manifestações que tenham surgido espontaneamente; visará estimular a difusão dos bens culturais, oferecer facilidades para seu consumo, tratar seriamente as manifestações dos diferentes estratos. Isto é muito diferente de impor padrões, oficializar autores e obras ou mesmo de, através dos mecanismos diretos ou indiretos da censura, impedir manifestações julgadas indesejáveis pela ideologia dominante.

Uma importante estratégia do Estado democrático para descentralizar as atividades culturais é criar e prestigiar órgãos colegiados através dos quais se representam, com autenticidade, os diferentes setores das atividades culturais.

Como se constata que os órgãos de deliberações coletivas, representando segmentos opinativos da sociedade somente têm funcionamento livre e eficaz em ambientes políticos favoráveis às manifestações pluralistas, é de esperar que, se estas condições não existem, o Estado só criará tais órgãos para ornamentar sua estrutura administrativa ou para tentar legitimar medidas autoritárias.

No Brasil a história dos conselhos de cultura, a nível federal, estadual e municipal ainda é muito curta. No entanto é possível verificar os momentos de descenso e de ascensão desses órgãos criados para ajudar o Poder Executivo a traçar uma política cultural com o necessário grau de legitimidade, conforme haja ocorrido maior ou menor grau de autoritarismo no ambiente político.

Com atual abertura democrática é de esperar que estejamos a ingressar num período em que se verifique maior prestigamento dos órgãos colegiados que tratam de assuntos culturais, eis que, sendo eles escalão intermediário do processo decisório da política

cultural, deverão ser mais ouvidos e mais solicitados à medida em que as decisões governamentais tendam a desconcentrar-se e a se tornarem mais permeáveis à sociedade civil.

2.c. Estratégia para a democratização da cultura

Uma das conseqüências mais notáveis da substituição do modelo cultural aristocrático das sociedades conservadoras para os modelos democráticos das sociedades modernas, foi sem dúvida a renovação do ideal humanista.

Antes esse ideal era buscado pelas elites aristocráticas, associado a status, a segurança social, atendendo a necessidades e privilégios de classes fechadas. Não cabe esse modelo, por evidente, nas sociedades modernas, em que mudaram os princípios da seleção das elites, incluindo as regras de reprodução e conservação dessas elites. “A forma Moderna de humanismo – ensina Karl Mannheim⁽²⁾ apresenta uma dupla natureza. Em contraposição ao ideal cortesão do aristocrata e do cavalheiro, ele é decididamente democrático. Não acentua apenas os refinamentos sociais e o discurso elegante, buscando a cultura num sentido superior, espiritualizado”. Reconhece entretanto Mannheim que esse ideal “não pretende e nem pode permanecer a todos os homens, pois esse humanismo cria uma distância inevitável com respeito também ao homem comum e à massa.

Eis um difícil e desafiante dilema. O intelectual democrata como todo intelectual tem as suas necessidades próprias exige um ambiente favorável para vivenciar suas manifestações e sua receptividade. Ao mesmo tempo, estamos imbuído de ideais democráticos, deseja que vá desaparecendo esse distanciamento entre ele e a massa.

O humanista moderno deixa de interessar-se apenas pelo seu elitista e pequeno mundo, para uma participação universalizada. Entendo como humanista moderno aquele que por exemplo, se desapega do culto da arte, realizado num ambiente de

2. MANNHEIM, Karl. Sociologia da Cultura. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 194.

abstrações e de preservações, para privilegiar as mensagens sociais da arte, que dão um sentido funcional à vida intelectual.

Penso que se a estratégia cultural do Estado Moderno fosse conduzida por esse tipo de intelectual com ideias democráticas, poderia ser arquitetada a elevação das massas bem como as devidas correções no estrato médio do sistema cultural. Não implicaria isso, certamente, num desgaste dos elementos integrantes da cultura superior, do culto ao saber ou mesmo do manancial erigido através dos séculos por uma civilização, mas implicaria em repartir socialmente o patrimônio espiritual que vinha sendo consumido apenas pelas elites.

E esse intelectual, fruto de um humanismo renovado, porque democratizado, não é uma abstração nem um modelo teórico. Existe. Esta nas universidades, nas redações, nas tribunas, nos tribunais, nos púlpitos, nos órgãos de classe e nos organismos institucionalizados ou não que se dedicam à produção, à preservação e à divulgação da cultura. Não são ainda muitos, é verdade, mas esses poucos têm autoridade quando falam e escrevem e isso produz efeitos multiplicadores.

Acontece que muitas vezes quando esses intelectuais querem agir, ajudar, têm a sensação de que estão remando contra a maré porque a ação do Estado, no setor é tímida ou demagógica.

Se o Estado montar uma política que faça desse tipo de intelectual o seu desenhista e o seu orquestrado, haverá esperança de montar uma estratégia democrática de desenvolvimento cultural.

Mas não se espere essa decisão política de governo autoritários, extremamente burocratizados ou demagógicos, representantes dos impulsos ideológicos da direita ou da esquerda embora concordamos com Albert Schweitzer (3) : “os desvairados ideais daqueles que preparam e dirigem a opinião pública, que orientam os acontecimentos públicos, não teriam poder sobre aqueles que já estivessem habituados a meditar sobre as coisas do infinito e do

3. SCHWEITZER, Albert. *Decadência e Regeneração da Cultura*. São Paulo, Melhoramentos, 1959, pág. 104.

efêmero e nessas coisas tivessem encontrado a justa medida para o verdadeiro e para o falso, para o que tem e para o que não tem valor”.

Esse tipo de decisão, de enormes conseqüências políticas, pois implicará em libertação intelectual do povo, somente poderá ser esperado de governantes e de todos os que participem do poder decisório, que tenham eles, genuína formação democrática e humanista, porque somente esses terão consciência de que “embora os caminhos pelos quais tenhamos que trilhar ainda sejam obscuros, a direção que temos de tomar é clara”.⁽⁴⁾

4. Idem, Idem, pág. 106.